



ATA Nº 3/2017

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos dezassete dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão as Deputadas Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis e Carla Cristina Machado Rodrigues Dias (em substituição) respetivamente Primeira e Segunda Secretárias da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto, Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto, António Manuel da Silva Moreira e Vera Alexandra Costa Simões e dos Presidentes da Junta de Freguesia de Rio Maior e de Asseiceira, procedendo-se às respetivas substituições. Foi também justificada a falta do Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, não se fazendo substituir na sessão. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (27 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 2/2017 referente à sessão ordinária de 29 de abril. -----

----- Aprovada a ata n.º 2/2017 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 23 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na anterior sessão os Deputados Municipais Filipe Montez Coelho Madeira, Luís Filipe Martins Pinto, Maria Júlia Vicente da Silva, e os Tesoureiros da Junta de Freguesia de Rio Maior e da Junta de Freguesia de Asseiceira (29 presenças). -----



----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Relativamente à ata, a pergunta que foi por nós formulada na página 4 e 5 e que foi respondida nas páginas 12 e 13, eu gostaria que depois, quando a senhora secretária voltasse, que fosse visto porque nos parece que está incompleta a transcrição da resposta que efetivamente foi dada.” -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Não houve expediente de assuntos relevantes no período entre a sessão de abril e a de junho. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal colocou à consideração dos mesmos que os pontos III A VII fossem discutidos em simultâneo embora votados um a um. A proposta foi aceite por unanimidade dos presentes (27 presenças). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Tesoureira da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputada Inês Guerra Vargas -----

----- Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer o convite ao Presidente da Junta de Alcobertas para mais um ano de tasquinhas e de festa, testemunhando a evolução e o desempenho que o Presidente da Junta tem tido na freguesia, endereçando-lhe os parabéns por isso e a todo o executivo da junta pela homenagem que foi feita a Susana Feitor que, em seu entender, foi mais que justa. -----

----- De seguida referiu-se à Marinhas do Sal e com alguma mágoa afirmou que mais um ano se passou e nada foi feito em prol do *ex libris* do concelho. Afirmou que se trata de crítica construtiva lembrando que foi para isso que foi eleito: enaltecer o que se faz de bem e criticar quando se não se faz ou não se faz bem, admitindo que existem muitas situações que estão no bom caminho, designadamente a candidatura às 7 Maravilhas mas que, por exemplo, aquando da comemoração do dia do Concelho na Feira da Agricultura em Santarém poder-se-ia ter sensibilizado as pessoas para votarem nas Salinas e aumentar a divulgação e incentivo para que o façam. Referiu-se ainda à estagnação do plano de pormenor para a área e à ausência de estacionamento que se mantém alertando que irá existir agora uma grande oportunidade não só pelo facto de as Salinas ser candidata às 7 Maravilhas de Portugal mas também porque Lisboa começa a estar saturada e o turismo começa a alargar-se para as proximidades, criando uma oportunidade na qual, em seu entender, se deve apostar. Afirmou que não ver ações no sentido de aproveitar essa oportunidade aflige e afirmou que é necessário dar condições de visita às pessoas para que a imagem que se transmite possa fomentar a deslocação de cada vez mais visitantes. -----

----- Referiu-se ainda à sessão da Assembleia onde apresentou uma moção de censura que felizmente foi retirada porque o conteúdo desejado não era aquele visto não se tratar de censura mas sim de recomendação para fazer aquilo que foi feito com a apresentação dos projetos de requalificação das praças da cidade. Elogiou a apresentação dos projetos à população que permitiu a quem quisesse participar e questionar, o pudesse fazer. Continuou dizendo que foram colocadas algumas questões, nomeadamente sobre o aproveitamento das árvores existentes, respondidas pelo executivo e pela equipa projetista e considerou que a apresentação foi muito boa e proveitosa para o esclarecimento da população acerca dos projetos em curso. -----



----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção a questionar o que é que o Executivo Municipal tem feito acerca da situação dos baldios da freguesia de Rio Maior e a sua devolução à Assembleia de Compartes e se a Presidente da Câmara mantém a mesma opinião que tinha acerca do assunto quando era Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior. -----

----- Pede, de seguida, que lhe fosse informado o que são as Aldeias do Sal da Fonte da Bica, que estão pré- selecionadas para concorrer às 7 maravilhas das aldeias típicas porque considera que se o júri vier visitar o local, irá constatar que se trata de marinhas do sal e, sendo assim, questionou se não seria melhor chamar-lhe Aldeia das Marinhas do Sal para que não haja equívocos. -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para, mais uma vez, se referir à questão da água da Vila da Marmeleira dizendo que ultimamente já não têm havido queixas por causa da pressão da água por parte daqueles que são agora abastecidos pela nova rede de abastecimento mas sim da parte da população de Assentiz, onde tem faltado a água. Disse ainda que embora tenha sido uma situação pontual, por estes dias houve falta de água na Vila da Marmeleira e foi informado que seria excesso de consumo, o que considera deveras preocupante. -----

----- Questionou também se para além dos buracos no pavimento que andaram a tapar existe intenção de fazer uma obra de pavimentação mais profunda visto o estado ser já muito degradado. -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para fazer um breve resumo das atividades mais relevantes das escolas do concelho. Iniciou por se referir à Universidade Sénior que terminou o ano letivo com 308 alunos, cerca de 50 professores e 56 turmas e onde se desenvolveram durante todo o ano atividades várias como workshops, palestras, visitas de estudo e passeios, atividades essas que têm vindo a aumentar de frequência e a diversificar. Acerca da Escola Profissional de Rio Maior informou que esta atingiu a sua lotação total neste



ano letivo e destacou, entre as diversas atividades, duas visitas de estudo ao estrangeiro, 30 alunos colocados em estágio no estrangeiro, 5 alunos estónios e espanhóis a estagiar em Rio Maior, o prémio Ilídio Pinho atribuído a um projeto, visitas de estudo, palestras, workshops, as jornadas profissionais, etc. Salientou ainda que esta escola regista uma taxa de abandono muito baixa, cerca de 5%, tem uma taxa de diplomados de 76% e a taxa de empregabilidade num prazo de seis meses após conclusão do curso é de 80%. De seguida referiu-se ao Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva informando que realizaram todas as atividades de acordo com o planeado e salientou o projeto piloto que está a desenvolver designado “Inovação Pedagógica”, dizendo ainda que esta escola conta já com três salas *ActivLab* que receberam a visita de cerca de trezentos professores de todo o país bem como de presidente de câmara que vêm ver como funciona esta escola e como está a funcionar o projeto. Informou ainda que a escola conta também com o projeto “Ciência no Rio” resultado de um protocolo com a Universidade de Coimbra e os alunos da escola receberam o terceiro prémio no concurso superTmatik a nível ibérico que diz respeito à língua inglesa. Acrescentou ainda que a escola irá também fazer parte de um projeto piloto designado Includ-ED ligado à inclusão e que decorreu também o sarau dos clubes e projetos Erasmus + subordinado ao tema “Ecologia”, assim como também se irá realizar um ciclo de conferências sobre “O rumo da educação no futuro”. Quanto ao Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal referiu que as atividades desenvolvidas decorreram de acordo com o planificado, acrescentando que foram também recebidas visitas de escolas estrangeiras, ao abrigo dos projetos do Erasmus +, assim como se deslocaram ao estrangeiro alunos e professores ao abrigo daquele mesmo projeto. Referiu ainda que foram realizadas atividades no âmbito do ensino articulado no âmbito dos protocolos com o Conservatório de Alcobaça e com o Clube de Cadetes do Mar e do Exército, assim como no âmbito do desporto escolar. Deu ainda conhecimento que foram realizadas as viagens de finalistas dos diversos anos, visitas de estudo diversas, workshops, teatro, palestras, seminários e um espetáculo de final do ano letivo no Cineteatro, para além de outras atividades. Referiu-se ainda ao Clube ECO ARTES que participa em atividades com a comunidade e ao Clube de Argumentação ficou no primeiro lugar a nível de concelho. Para finalizar, deu conta que relativamente à Escola Secundária que todas as atividades correram bem, incluindo no Centro Qualifica e nos estabelecimentos prisionais. Salientou que foi inaugurada a unidade de apoio ao alto rendimento e a sala de aprender +, que dá



apoio à anterior e que este é um projeto piloto que visa conciliar o sucesso escolar com o desportivo. Acrescentou que foram realizados workshops, palestras, apresentações de livros, visitas de estudo ao estrangeiro, os dias abertos com a participação das escolas do concelho e uma escola fora do concelho e ainda que em 2016 a escola ficou classificada no ranking nacional no lugar 166º num universo de 620 escolas. Concluiu que, por todas as atividades desenvolvidas, se pode dizer que as escolas são bastante ativas assim como os alunos que são sempre muito participativos em todas as atividades. Relativamente à Escola Superior de Desporto frisou que esta continua a participar e a colaborar em muitos destes projetos, para além da vida académica própria do ensino superior. -----

----- **Tesoureira da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para questionar para quando está previsto o início das obras da escola e se existe alguma garantia de que as mesmas estão concluídas no início do ano letivo e ainda para solicitar informação de quem é a responsabilidade da estrada que atravessa a Asseiceira (ex-EN1). -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Dirigiu-se à Presidente da Câmara Municipal, em nome da Coligação Democrática Unitária (CDU) e devido às diversas solicitações que lhes têm chegado, questionando que sendo a Câmara acionista da Depomor – Empresa para o Desenvolvimento de Rio Maior, com cerca de 27% e um elemento do executivo no Conselho de Administração, se já se realizou a assembleia para a aprovação do relatório de atividade e contas de 2016, qual a situação financeira da Depomor atualmente, quanto é o valor da dívida da Depomor à Câmara municipal de Rio Maior e por fim, quais as entidades com que a câmara municipal tem estado em negociações para resolver a situação da Depomor. Deu conta que se tem dito que a Depomor está insolvente e considerou que os riomaiorenses têm direito a uma informação mais clara e fidedigna acerca deste assunto. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Interveio para se referir a diversos eventos que tiveram lugar nas últimas semanas. Iniciou por se referir à Semana da Juventude que, em seu entender, se concretizou em mais uma edição de sucesso com dezenas de atividades dedicadas aos mais jovens destacando, desde logo, o RM Talentos, a 4ª edição da Colour Fun, vários workshops e, muito importante, uma mostra de opções do ensino superior para quem pretende no futuro ingressar na universidade. Depois referiu-se à 3ª edição da PalhaçaArte e a 1ª edição da StreetFood onde, num formato informal e de arraial, se juntaram milhares de pessoas no concelho para provar as centenas de iguarias presentes. Por último, referiu ainda o Mercadinho Romano que, durante três dias, animou a cidade e encheu de alegria principalmente a Praça do Comércio. Considerou que todos estes eventos enriqueceram a mostra cultural que o concelho tem para oferecer dizendo que se trata de atividades intergeracionais que permitem a participação da comunidade, juntando amigos e famílias na vontade de usufruir do que Rio Maior tem para dar. Deixou um reconhecimento ao Executivo Municipal e aos demais responsáveis pela realização destas atividades e a desejou que todas elas continuem a realizar-se e a trazer mais gente ao concelho. -----

----- **Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou o Executivo Municipal pela apresentação pública dos projetos a serem desenvolvidos para o centro e zona ribeirinha da cidade e, nesse âmbito, deixou uma menção à possibilidade de colocação de pontos de carregamento elétrico para veículos elétricos, como forma de incentivar a utilização das energias renováveis nesses principais pontos, o que seria um detalhe muito interessante. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Agradeceu, em nome da Junta de Freguesia de Alcobertas, a todos os membros da Câmara Municipal e a todos os convidados que estiveram presentes nas Tasquinhas de Alcobertas. Salientou o momento importante, que tanto se ambicionou, da inauguração do pavilhão desportivo, obra executada em quatro anos e a atribuição do nome de “Susana Feitor” como homenagem a uma mulher que leva o nome do concelho a todo o país e a todo o mundo, nascida e residente em Alcobertas, que promove a prática desportiva e, consequentemente, o associativismo e que, nesta



cerimónia, se fez acompanhar por pessoas da área do desporto com nome de relevo e que ficaram muito agradadas com aquilo que viram e viveram. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para deixar uma nota relacionada com a participação de todos os riomaiorenses na vida da cidade, dizendo que, hoje em dia, há uma cidade que acontece e a crescente participação da comunidade em todas as atividades e a usufruir plenamente da oferta que existe e dos espaços públicos existentes, é prova que disso, criando, consequentemente, uma cidade mais harmoniosa, mais autossustentável, mais agradável de viver e logo mais atrativa. Considerou que também reflexo disso é a forte participação dos riomaiorenses na apresentação pública do projeto de requalificação urbana de Rio Maior que teve lugar no Cineteatro, indicando não só que os riomaiorenses participam como também querem participar e, em seu entender, pode dizer-se que a cidade atingiu o limite do usufruto dos espaços públicos pois estes estão plenos de gente nos diversos eventos que vão acontecendo. Afirmou que este investimento na requalificação, que ascenderá a cerca de quatro milhões de euros, trata acima de tudo de devolver à população uma zona escondida que tem a mais-valia necessária aos novos espaços e que permite que a cidade cresça não só em espaços verdes mas também em espaços culturais históricos, nomeadamente a Villa Romana. Acrescentou que também as intervenções a realizar na Praça da República e na Praça do Comércio irão permitir dar novas valências a esses espaços. A terminar salientou que projetar o futuro é uma atividade deveras difícil e que por vezes carece de penos ajustes mas que, em seu entender, as linhas estão bem traçadas e importa agora a cada um de nós acompanhar o projeto e propor as possíveis melhorias ou ajustes pontuais que possam eventualmente surgir lembrando ainda que este futuro será muito próximo porque, tudo correndo bem e como previsto, será extremamente rápida a sua implementação. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir às informações solicitadas por escrito ao Executivo Municipal já por diversas vezes, afirmando que até agora não foi recebida uma única. Considerou que isso demonstra bem o défice democrático que a CDU se tem vindo a referir no concelho de Rio Maior do não cumprimento do Estatuto do Direito de



Oposição. Afirmou que esta situação em nada se confunde com o trato social e a cordialidade, situações das quais nada tem a reclamar, é sim uma questão formal sobre a qual gostaria que fosse feito um email de todas as atas para se poder ver quais são os momentos em que foram pedidas informações por escrito e que no decurso do próximo mês pudesse ser entregue. -----

----- De seguida referiu-se ao acórdão do Tribunal da Relação que não vem dar provimento ao recurso que a Câmara Municipal, na qualidade de Réu, interpôs relativamente a uma ação desencadeada pelo STAL quanto às 35 horas de trabalho semanais. Acrescentou que este acórdão foi votado por unanimidade e questionou o Executivo Municipal sobre o que pensa fazer relativamente a esta situação. -----

----- Acerca da situação do abastecimento de água na Vila da Marmeleira lamentou profundamente estar em desacordo com o que foi dito relativamente à inexistência de queixas, afirmando que estas continuam e os problemas também. Salientou que foi feito um investimento de cerca de quatrocentos mil euros e que esse investimento precisa de ter eficácia na qualidade e na quantidade da água. Relativamente à quantidade questionou se efetivamente a parte superior da vila, ou seja, a parte que sempre demonstrou dificuldades grande no fornecimento, é ou não é servida pela rede de abastecimento de Assentiz. Afirmou ainda que neste âmbito ou o projeto estava errado ou há incompetência técnica e que na última assembleia foi dito que havia um prazo para reclamar com o executante da obra as falhas para que fosse repostos tudo nas devidas condições, pelo que gostaria de saber como é que essa situação se encontra. Agora as queixas da pressão permanecem e a averiguação da situação tem que ser efetuado num horário de mais utilização e não em horários de pouco consumo. Quanto à qualidade da água deu conta que tem havido reclamações, nomeadamente na utilização de pequenos eletrodomésticos e dos painéis solares, e considerou que importa analisar o que prova esta situação. Questionou ainda qual o ponto de situação quanto ao fornecimento de água na zona de Malaqueijo. -----

----- Finalizou dizendo que a CDU tem a maior satisfação por tudo o que se desenvolve na cidade mas que é essencial que não seja esquecido que o concelho de Rio Maior são também as freguesias e, em seu entender, é preciso descentralizar e levar tudo até às pessoas que não têm transporte para vir à cidade. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- Relativamente à menção feita ao défice democrático disse que pessoalmente não o sente e pediu o favor que fosse indicado por escrito as matérias para as quais não obteve resposta para que possa ser providenciada. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para fazer algumas considerações de carácter político geral que têm direta e indiretamente grande influência na vida e política local, lembrando que em anterior intervenção referiu algumas boas notícias que estavam a acontecer no país, designadamente a diminuição da taxa de desemprego, que atingiu o nível mais baixo desde 2009, a mais elevada taxa de criação de emprego da história recente, um menor défice da democracia, o maior crescimento económico dos últimos sete anos, os números recentes tanto das exportações como do turismo, e que todos eles levaram a que o país tenha saído do procedimento de défice excessivo, dando uma folga política mas também orçamental, e também a que a perspectiva das agências de rating estejam a alterar, permitindo aliviar a pressão sobre a dívida e havendo mais folga para a implementar de um conjunto de políticas económicas. Considerou de grande importância registar que com uma política diferente, de reposição de rendimentos, maior sensibilidade social, que repôs mínimos sociais fundamentais para qualquer sociedade possa viver em condições, sem descurar o rigor orçamental e financeiro, se conseguiu chegar também a resultados diferentes e, neste caso, a resultados melhores. Continuou dizendo que acresce a tudo isto, num plano local e autárquico, dois grandes desafios num futuro próximo que passam pelo processo de descentralização em curso e pela revisão do Portugal 2020 e do próprio acordo de parceria entre o Estado Português e a Comunidade Europeia. Afirmou que tudo isto leva ao ponto final da sua intervenção, admitindo que o contexto atual é totalmente diferente daquele que existia há quatro anos, naquela altura mais pesado e mais complicado, e exigia um conjunto de políticas diferentes daquelas que agora se exigem. Lembrou que nesta altura em que se aproxima um período eleitoral autárquico, o grande desafio para todos é a participação ativa da cidadania das forças independentes e dos partidos políticos em que todos se devem sentir convocados para, em primeiro lugar, apresentar projetos políticos que respondam aos novos desafios e à nova realidade e, em segundo lugar, apresentar os melhores protagonistas. Considerou ser este o grande desafio dos partidos políticos e dos movimentos cívicos, o recrutar dos melhores da sociedade civil e serem capazes, para



bem da democracia, de recrutar efetivamente os melhores da nossa sociedade. Por último, desejou que o período eleitoral seja um período de debate, um período onde os melhores protagonistas venham de facto a terreno e que possam todos responder aos desafios que aí vêm e melhorar as condições de vida dos cidadãos. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Indicou que a questão que queria colocar já foi feita e tinha a ver com o andamento das obras na escola de Asseiceira. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- De seguida esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- **Marinhas do Sal:** Afirmou que efetivamente na nossa presença na Feira da Agricultura consta um cartaz que faz referência à candidatura das Marinhas do Sal às 7 Maravilhas de Portugal – Aldeias, mas que neste momento não há ainda forma de votar e que, em tempo, a divulgação irá ser feita com todo o empenho. Lembrou que faz vinte anos que as Salinas da Fonte da Bica foram classificadas como sendo de interesse público e que a designação dada neste concurso não foi sugestão da Câmara Municipal mas vai de encontro à designação dada na altura da classificação do património, como vem designado no decreto-lei. -----

----- **Plano de Pormenor das Marinhas do Sal:** Disse que se encontra em andamento a elaboração deste instrumento de gestão, mas que para além disso já houve resolução para alguns dos problemas como, por exemplo, o estacionamento para cerca de cinquenta viaturas através de um protocolo com um privado e o plano de pormenor poderá, de alguma forma, organizar aquele território mas é um processo moroso e complexo e, mesmo após a sua aprovação haverá necessidade de investimento na aquisição de terrenos e na realização de um conjunto de infraestruturas que terão que ser criadas. -----

----- **Apresentação dos projetos de requalificação:** Lembrou que foi sensivelmente há um ano atrás que se teve conhecimento de que tinha sido aprovada a candidatura



para esta intervenção e, nessa altura, tinham já sido apresentados publicamente os projetos com muito pouca afluência. Considerou que as apresentações públicas são vantajosas para quem projeta e para quem se quer pronunciar sobre esses mesmos projetos, e que ao longo deste tempo foram sendo feitas alterações e melhorias que melhor servem o interesse público e a população. Referiu ainda que no que respeita à aplicação de fundos, estes dependem das estratégias definidas pelos governos com a União Europeia e que são aplicados onde há possibilidade para o fazer e não apenas de acordo com as decisões locais. Acrescentou ainda que concorda que devem ser os melhores protagonistas a estar à frente destes e outros projetos e a fazer o melhor aproveitamento dos fundos comunitários, dando conhecimento que foi convidada a ir apresentar projeto de requalificação na oitava reunião da Comissão de Acompanhamento do Alentejo 2020 para fazer o enquadramento e explicar as escolhas feitas dentro daquilo que é o desenvolvimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), concluindo, por isso, que isto só pode querer dizer que o projeto foi reconhecido como um bom projeto e que beneficia toda uma zona. No que se refere ao ponto de situação da implementação do projeto informou que se está em fase de fazer as escrituras estando as negociações dos terrenos quase a finalizar. Informou também que o facto de termos uma das obras concluída a 31 de dezembro permitiu que houvesse um aumento de verba em 10% e neste momento são cerca de quatro milhões e trezentos mil euros disponibilizados para todo este projeto. -----

----- Abastecimento de água à Vila da Marmeleira: indicou que o Vice- Presidente iria dar os esclarecimentos pormenorizados por ter a competência delegada e, consequentemente, acompanhar o assunto em pormenor acrescentando, no entanto, que teve a oportunidade de falar com dois moradores da vila e que segundo as informações dos próprios o abastecimento garantido pela barragem de Castelo do Bode está a funcionar em pleno, sem qualquer falta de pressão, mas que o abastecimento feito através de Assentiz está efetivamente com problemas de pressão e de calcário. -----

----- Obras da escola de Asseiceira: Disse que seria também um assunto esclarecido mais em pormenor pelo Vice- Presidente mas acrescentou que a obra irá arrancar em breve depois de terem ocorrido alguns constrangimentos para o arranque. -----

----- Ensino no concelho: agradeceu todo o trabalho que é desenvolvido pela comunidade escolar, incluindo a Universidade Sénior que desenvolve um trabalho contagiante. -----



----- Baldios: disse tratar-se de um processo que se encontra a decorrer no Ministério Público e será aquela entidade e os tribunais que irão decretar a nulidade, ou não, das escrituras que foram feitas em 1989. Relativamente à sua posição esclareceu que não a mudou mas que, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, era obrigação honrar e defender os interesses da junta estando consciente de que fez o melhor que podia ter feito na defesa dos interesses daquela autarquia, assim como atualmente, enquanto Presidente da Câmara está consciente daquilo que tem que fazer para a defesa dos interesses da Câmara Municipal. -----

----- Depomar: Informou que já foi realizada a assembleia geral e que as contas foram aprovadas mas a sessão ficou suspensa porque o presidente do concelho de administração executivo não estava presente e como tal, suspendeu-se até um prazo máximo de noventa dias. Acerca do valor da dívida disse não ter os números precisos mais que rondará os cento e quarenta mil euros referentes ainda à última parcela do terreno adquirido à câmara municipal no montante total de um milhão e seiscentos mil euros. Afirmou que é a primeira vez que ouve falar em insolvência e não tem conhecimento formal dessa situação. Disse ainda que os resultados são negativos de sessenta e cinco mil euros e o trabalho que a câmara anda a fazer perante outras instâncias é no sentido de se encontrar solução deste problema. -----

----- Atividades culturais: Agradeceu desde logo a participação nas atividades que têm sido desenvolvidas e referiu que felizmente cada vez mais a comunidade tem vindo a participar nas atividades e eventos desenvolvidos, motivando que se continue a fazer e promover atividades dos mais variados géneros. -----

----- Pontos de carregamento de veículos elétricos: Esclareceu que o projeto prevê estes pontos e agradeceu a sugestão. -----

----- Freguesia de Alcobertas: Confirmou que o momento de homenagem à Susana Feitor foi justo e merecido já que, para além de exímia atleta, leva o nome de Rio Maior longe pelos lugares que ocupa e pela atividade. -----

----- Horário de trabalho (35 horas): deu conta que quando o Governo passou das 35 horas para as 40 horas o regulamento foi alterado em cumprimento da lei, razão pela qual o STAL veio posteriormente pôr uma ação para se voltar às 35 horas, vindo o tribunal dar razão ao sindicato e considerando a alteração ao regulamento nula, embora esclareceu, na altura da decisão já se praticasse novamente as 35 horas, pelo que estava reposta a situação. Afirmou que havendo mais alguma ação contra a câmara se responderá em conformidade. -----



----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Obras na rede de água da Vila da Marmeleira: Iniciou por dizer que mais importante que a discussão sobre a origem da água, é que toda a população possa ter acesso a esse bem essencial que é de todos. De seguida deu conta que, segundo as informações que tem, quer a água que vem da Águas do Oeste quer aquela que é de captações próprias do Município de Rio Maior todos os meses são analisadas por laboratório independente e acreditado e que, por isso, havendo irregularidades as mesmas seriam de imediato detetadas. Acerca do calcário reiterou o que já tinha dito em anterior sessão sobre o mesmo assunto dizendo que a qualidade água do concelho é boa mas que toda ela é calcária. Informou ainda que o que era necessário executar até 31 de maio foi feito e que a situação de baixa pressão que ocorreu foi devido a excesso de consumo que levou a que as bombas tivessem que voltar a ser ligadas. Disse que o empreiteiro tem vindo a acompanhar estas situações e lembrou que a obra tem uma garantia de cinco anos. -----

----- Obras na Escola de Asseiceira: Informou que efetivamente tem havido constrangimentos em fase de concurso designadamente com as empresas concorrentes e que neste momento a empresa que ganhou a obra já assinou contrato e, por isso, a obra deve começar nas próximas semanas. Informou ainda que a obra irá ser feita por fases e não haverá qualquer constrangimento no início do ano letivo. --

----- Informou que o concurso por lotes para recuperação da rede viária do concelho também está a decorrer, já foram entregues as propostas e encontram-se a decorrer os procedimentos normais. -----

----- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano: Informou que as obras no âmbito deste plano se encontra praticamente terminadas, nomeadamente a Casa da Cultura, a biblioteca, antigo quartel e salão dos bombeiros e que em relação às ruas já foi aprovado o projeto para vários arruamentos dentro da cidade. Concluiu que apenas ficam em por concretizar os projetos da zona ribeirinha. -----



----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- Prestação de Contas da CIMLT – 2016 -----

----- Assunção de compromissos plurianuais -----

----- Atividade Municipal (anexo 2) -----

----- Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO -----

----- Ponto I – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2016 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que se trata de apresentar as contas consolidadas para aprovação da Assembleia Municipal conforme legalmente estabelecido. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 29 votos a favor (29 presenças). -----

----- Ponto II – Relatório de Acompanhamento do PAEL – 1º Trimestre de 2017-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que também este é um imperativo legal e que a Assembleia Municipal deve fiscalizar este plano. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 8 abstenções dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Filipe Vicente Martins, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Ana Catarina Coelho Pinto, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço, Suzana Margarida dos Santos Candeias e a Tesoureira da Junta de Freguesia de Asseiceira (28 presenças). -----



----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “É apenas para justificar efetivamente a nossa abstenção, aliás isto vem na linha do que já foi dito aqui várias vezes em situações anteriores no decurso deste processo, porque isto trata-se efetivamente de um processo, aliás o comprimento de um contrato, um contrato de empréstimo que se veio a revelar mais caro quer em juros quer em condições para os munícipes de que fosse um empréstimo bancário. Esta é a interpretação que eu faço deste empréstimo que foi contraído ao Estado, pelo Estado ao Município de Rio Maior. Havia alternativas e havia possibilidades de ter feito as coisas de outra maneira, pelo menos não tínhamos a fatura da água, se calhar, tão elevada como temos, por exemplo, porque obrigou o plano a que nos vinculamos voluntariamente, poderia não ter, não tínhamos que cumprir pelo menos esse plano. É esta a minha intuição e daí a nossa abstenção. ” -----

----- **Ponto III – Regulamento da Gala do Desporto – Distinção do Mérito Desportivo do Concelho de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que este regulamento já fazia todo o sentido por todos os atletas e por toda a prática desportiva que se desenvolve no concelho. Disse que foram seguidos todos os procedimentos legais e que o executivo considerou não faria sentido iniciar esta prática no ano corrente, por ser um ano de eleições. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Afirmou que este regulamento corresponde a uma necessidade de valorizar os recursos endógenos do concelho de Rio Maior, as pessoas e as entidades. Continuou dizendo que a Gala do Desporto vem com, pelo menos, vinte anos de atraso e disse esperar que esta possa contribuir para a promoção de Rio Maior enquanto concelho do desporto para todos e não enquanto Rio Maior cidade do desporto para poucos. ----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para valorizar esta iniciativa que tem como objetivo a criação da Gala do Desporto do Concelho de Rio Maior para que o trabalho de mérito dos atletas, técnicos



e dirigentes possa ser publicamente reconhecidos e valorizados. Em seu entender esta gala será, por certo, a experiência necessária para que no futuro próximo possam haver outros eventos desta natureza, eventualmente com um maior âmbito geográfico, nacionais ou mesmo internacionais em que a Câmara, a Desmor e a Escola Superior de Desporto se possam juntar na organização de eventos desportivos, modernos, atrativos e inovadores fomentando a mística da cidade de Rio Maior enquanto cidade do desporto. Concluiu endereçando os parabéns ao executivo municipal pela iniciativa e fez votos que fosse concretizada num curto espaço de tempo. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Interveio para esclarecer a afirmação que foi feita sobre o desporto só para alguns, dizendo, desde logo, que esta afirmação só revela desconhecimento acerca da relação existente entre o desporto formal e informal, entre o desporto profissional e o desporto amador e o desporto escolar. Continuou dizendo que a empresa municipal Desmor faz uma aposta que chega a todas estas valências e incentiva o desporto informal desde tenra até à terceira idade através de investimento feito com as receitas da própria empresa e que segue a política da Câmara Municipal no que respeita ao desporto. Alertou que são muitas as iniciativas desportivas por todo o concelho e aconselhou a que todos se informassem e envolvessem nessas mesmas iniciativas e a na prática desportiva no geral. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Pede a palavra para esclarecer que não disse desporto para alguns mas sim desporto para poucos e acrescentou que o discurso inflamado que hoje se assiste demonstra que não se admite a crítica e, como tal, irá colocar as questões por escrito porque todas as questões que colocou nenhuma foi devidamente respondida. Acrescentou ainda que fará o que o Presidente da Mesa da Assembleia lhe solicitou e irá às atas verificar todas as questões que nunca foram respondidas mas afirmou que esse trabalho não deveria ser feito pela própria e sim pelos funcionários que ocupam o seu tempo a fazer comentários menos democráticos nas redes sociais. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Pede a palavra para dizer que só reagiu quando ouviu a expressão usada porque existe uma afluência enorme às piscinas descobertas, às atividades que são realizadas durante todo o ano com a participação massiva dos riomaiorenses que cada vez é maior. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 28 votos a favor (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Propôs que, à semelhança de sessões anteriores, os pontos IV a VIII fossem discutidos em simultâneo e votados per si. -----

----- A proposta foi aceite por unanimidade dos presentes. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Presidente da Câmara para apresentar os pontos IV a VIII e abriu as inscrições para a discussão dos mesmos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou as propostas da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e referiu que os pedidos têm enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e na Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, um regime extraordinário que permite que mediante certos requisitos as empresas possam ver a sua edificação e atividade regularizadas nos termos da lei. Acrescentou ainda que o reconhecimento do interesse público municipal é da competência da Assembleia Municipal e, como tal, a Câmara Municipal remete os pedidos que reúnam as condições para deliberação.-----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Interveio para dizer que as várias situações apresentadas para deliberação nesta sessão serão votadas pela CDU da mesma forma que as restantes que foram presentes a este órgão. Afirmou que por uma questão de coerência, indicou o sentido de voto como favorável porque esta viabilização é apenas, e só, um passo no processo para a legalização das várias empresas que o solicitam e que caso a Assembleia Municipal vote desfavoravelmente o processo termina imediatamente impedindo a possibilidade de a pretensão chegar às entidades que são responsáveis por avaliar o processo. Manifestou que a CDU está contra os sistemáticos prolongamentos da vigência desta legislação, que começam a ser demasiados, e lembrou que uma parte significativa destes problemas estão diretamente ligados ao planeamento municipal, por violação das áreas da REN, da RAN, das áreas de exploração de inertes, etc., e que, em seu entender, aquilo que é imperativo é a revisão urgente do PDM, como tantas vezes a CDU tem vindo a afirmar. Acrescentou



ainda que embora estejam conscientes de que a administração central é morosa e complicada, relativamente a esta questão do PDM exige-se que a autarquia seja proactiva na resolução dos problemas lembrando ainda que há sensivelmente duas décadas que se anda a falar nesta revisão. Terminou dizendo que nos pequenos gestos se vê a dimensão dos projetos e que a CDU mantém a sua coerência independentemente de qual é empresa, a dimensão, a atividade ou a situação a regularizar. Lamentou que outros não clarifiquem a sua identidade e só votem sim perante os grandes. -----

----- **Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** -----

----- Indicou o seu sentido de voto desfavorável clarificando que nada tem contra as empresas, a quem desejou os maiores sucessos, no entanto, tal como referiu anteriormente não pode concordar com este procedimento uma vez que considera que ou se altera o PDM ou se usa o PDM, não podendo haver situações ambíguas definidas por critérios subjetivos e posteriormente submetidos à votação dos deputados. Mais disse ainda que a informação que é recebida é manifestamente insuficiente composta por cerca de duzentas páginas de impressos da Autoridade Tributária e Aduaneira e sem a aplicação da matriz dos critérios de ponderação que era utilizada inicialmente neste procedimento, concluindo que desta forma não existe qualquer argumentação sustentada que permita a votação favorável a estes pedidos. -

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Interveio para justificar o sentido de voto que, em coerência, está em consonância com a posição tomada em situações anteriormente votadas e para as quais foram apresentadas as devida justificação, que se mantém, acrescentando que este reconhecimento não dispensa que sejam cumpridas uma série infraestruturas necessárias à legalização da unidade e não é bastante para a legalização, sendo apenas um elemento que deve integrar um processo de legalização a ser avaliado pelas entidades competentes. Reafirmou ainda que é preferível a legalização das situações do que estas continuarem em incumprimentos e violação dos instrumentos que regulam a instalação e laboração das mesmas, indicando o sentido de voto como favorável. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Iniciou por dizer que se trata de uma decisão de cariz político uma vez que as decisões técnicas serão da tutela de outras entidade e que ou se está a favor ou contra acrescentando que votar contra terá sempre um impacto negativo para as



empresas que fizerem o pedido no âmbito deste quadro legal. Indicou o sentido de voto como favorável, como anteriormente em outras sessões, contribuindo assim para que as empresas possam melhorar e funcionar de forma legal e regular. Considerou que deve apoiar-se essa regularização, desde que cumpridos os critérios legais e que daí não venha nenhuma situação que ponha em causa direitos e garantias dos cidadãos do concelho. -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que mais uma vez irá ausentar-se porque, como em anteriores sessões, não votará nenhum destes pontos pelas razões já indicadas nessas mesmas sessões. -----

----- Findas as intervenções, passou-se às votações ponto por ponto. -----

----- (O Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões ausentou-se da sala durante o período de discussão e votação dos pontos IV a VIII, conforme posição tomada em sessões anteriores sobre a mesma matéria). -----

----- Ponto IV – Reconhecimento do interesse Público Municipal na regularização de instalação de exploração pecuária em nome de José Batista Carvalho & Filhos, Lda. sita em Ribeira de Fráguas, Freguesia de Fráguas – Processo nº 21/2017-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 1 voto contra do Deputado Municipal Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 6 abstenções dos Deputados Municipais Joana Filipa Ferreira Tirano, João Figueiredo Vargas Lopes, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Luís Filipe Martins Pinto, José Casimiro Fróis Ferreira e Inês Guerra Vargas (27 presenças). -----

----- Ponto V – Reconhecimento do interesse Público Municipal na ampliação da instalação de exploração pecuária em nome de Carlos Manuel Santos Vitorino sita em vale do Brejo, Freguesia de Fráguas – Processo nº 113/2017-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 1 voto contra do Deputado Municipal Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 7 abstenções dos Deputados Municipais Joana Filipa Ferreira Tirano, João Figueiredo Vargas Lopes, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Luís Filipe Martins Pinto, José Casimiro Fróis Ferreira, Inês Guerra Vargas e Ana Catarina Coelho Pinto (28 presenças). -----



----- **Ponto VI – Reconhecimento do interesse Público Municipal na regularização da ampliação da instalação de exploração pecuária em nome de Carlos Manuel Santos Vitorino sita em Vale do Brejo, Freguesia de Fráguas – Processo nº 114/2017**-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 1 voto contra do Deputado Municipal Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 6 abstenções dos Deputados Municipais João Figueiredo Vargas Lopes, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Luís Filipe Martins Pinto, José Casimiro Fróis Ferreira, Inês Guerra Vargas e Ana Catarina Coelho Pinto (27 presenças). -----

----- **Ponto VII – Reconhecimento do interesse Público Municipal na regularização de instalação para atividade industrial de exploração de pedra em nome de Julipedra, Indústria de Transformação de Mármore, Lda. sita em Valongo, Freguesia de Rio Maior – Processo nº 18/2017**-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 1 voto contra do Deputado Municipal Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 6 abstenções dos Deputados Municipais João Figueiredo Vargas Lopes, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Luís Filipe Martins Pinto, José Casimiro Fróis Ferreira, Inês Guerra Vargas e Ana Catarina Coelho Pinto (27 presenças). -----

----- **Ponto VIII – Reconhecimento do interesse Público Municipal na ampliação de instalação para atividade industrial em nome de Nobre Alimentação, Lda. sita na Avenida dos Combatentes, Rio Maior, Freguesia de Rio Maior – Processo nº 92/2017**-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 1 voto contra do Deputado Municipal Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 6 abstenções dos Deputados Municipais João Figueiredo Vargas Lopes, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Luís Filipe Martins Pinto, José Casimiro Fróis Ferreira, Inês Guerra Vargas e Ana Catarina Coelho Pinto (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Relativamente a este ponto o meu voto é contra este procedimento, com o qual não concordo, e contra a informação que recebi que considero insuficiente. Mais acrescento só se pode considerar que um voto contra não ajuda quem não entende o valor de uma avaliação seja ela negativa ou positiva.” -----



----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo**
que se transcreve na íntegra: -----

----- “A razão da abstenção, e esta declaração de voto é válida para todos estes pontos, prende-se efetivamente com a dificuldade que se observa, e desde o primeiro momento o anterior Governo reconhecendo que os instrumentos de regulação territorial estavam desatualizados e que o processo, a respetiva atualização, era demorada, emitiu, decidiu promulgar esta legislação. Verifica-se entretanto que nada se alterou a nível da atualização destes instrumentos de gestão territorial e, por outro lado, a constante prorrogação dos prazos para estes procedimentos, não que eu discorde dos mesmos porque haverá sempre casos pontuais nos quais não poderão estar previstos em todos e no melhor dos PDM’s que seja feito, mas porque efetivamente a atualização dos PDM’s é protelada *sine die*. Vamos ver o que é que este Governo, o que é que a geringonça, e aproveito o repto para incitar a CDU, já que faz estes reptos, para junto dos seus parceiros de Governo, promovam a atualização dos PDM’s efetivamente.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezasseis horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 17 DE JUNHO DE 2017

----- A PRIMEIRA SECRETÁRIA: _____

----- A SEGUNDA SECRETÁRIA: _____